

ARQUITETOS E URBANISTAS FORMADOS PELA UFRGS ENTRE 2006/1 E 2014/1: SUAS IMPRESSÕES SOBRE O CURSO

ANA LUIZA RAABE ABITANTE

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Engenharia Civil;
ana.abitante@ufrgs.br

CARIN MARIA SCHMITT

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Engenharia Civil;
cschmitt@ufrgs.br

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo conhecer e analisar a percepção dos egressos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com relação aos conhecimentos necessários ao exercício profissional confrontando-os com aqueles que adquiriram durante sua formação acadêmica. A pesquisa foi realizada com os formados entre os semestres 2006/1 e 2014/2 através de questionário aplicado via Internet e envolve o exercício profissional de atividades relacionadas ao Projeto, Execução e Gestão. Os resultados encontrados revelam situação preocupante quanto à eficácia da Universidade em suprir condições suficientes ao exercício da profissão de arquiteto e urbanista. Com exceção da atividade de Projeto de Arquitetura de Edificações, todas as demais 15 atividades receberam a menção de insuficiência de conhecimentos para o exercício profissional. Além disso, os entrevistados, em sua maioria, mencionaram que não conseguem aplicar os conteúdos, pois foram superficiais. Acredita-se que o estudo realizado possa auxiliar as Comissões de Graduação na análise da estrutura acadêmica do curso e estimular os professores a analisar as diferentes disciplinas e métodos de aprendizagem.

Palavras chave: alunos de graduação, curso em Arquitetura e Urbanismo, formação acadêmica.

1. INTRODUÇÃO

Entre os semestres 2006/1 e 2014/1 a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) formou 685 Arquitetos e Urbanistas segundo dados obtidos junto à Comissão de Graduação do Curso. Transcorridos de 10 anos a 2 anos desde a colação de grau buscou-se conhecer como estes profissionais percebem os conhecimentos oferecidos pelo meio acadêmico em relação aos necessários ao exercício profissional.

Para esta pesquisa buscou-se contatar os ex-alunos através dos registros de email existentes por ocasião dos diferentes períodos de formatura. Para cada um dos 685 emails foi enviado um convite para participar da pesquisa e o *link* que deveria ser acessado para que fossem respondidas as questões. O levantamento de dados foi realizado através de site especializado na aplicação de questionários pela Internet. Dos emails enviados, 79 retornaram, ou seja, o convite chegou ao seu destinatário para 88,5% da população total de formados. Os profissionais que efetivamente acessaram o questionário e contribuíram com suas respostas perfazem 294, ou seja, 48,5% dos formados que se conseguiu enviar email ou 42,9% da população total dos formados nos 17 semestres que integram a pesquisa.

Os arquitetos e urbanistas são profissionais liberais cujas áreas de atuação constam na Resolução nº 21 de 5 de abril de 2012 (CAU, 2012). Esta dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista, profissão que passou a ser regulamentada pela Lei que criou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). O Quadro 1 mostra as três principais áreas de atuação: Projeto, Execução e Gestão, assim como suas respectivas atividades.

Quadro 1 – Principais áreas de atuação do profissional arquiteto e urbanista e atividades

Áreas	Atividades
Projeto	Arquitetura das Edificações
	Arquitetura de Interiores
	Relatórios Técnicos de Arquitetura ou Urbanísticos
	Instalações e Equipamentos ref. à Arquitetura
	Sistemas Construtivos e Estruturais
	Instalações e Equipamentos ref. ao Urbanismo
Execução	Arquitetura das Edificações
	Arquitetura de Interiores
	Instalações e Equipamentos ref. à Arquitetura
	Sistemas Construtivos e Estruturais
Gestão	Coordenação e Compatibilização de Projetos
	Supervisão de Obra ou Serviço Técnico
	Direção ou Condução de Obra ou Serviço Técnico
	Gerenciamento de Obra ou Serviço Técnico
	Acompanhamento de Obra ou Serviço Técnico
	Fiscalização de Obra ou Serviço Técnico

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além destas áreas de atuação, mais quatro integram as atividades profissionais pertinentes aos arquitetos e urbanistas, como segue:

- Meio Ambiente e Planejamento Regional e Urbano;
- Atividades Especiais em Arquitetura e Urbanismo;
- Ensino e Pesquisa;
- Engenharia de Segurança do Trabalho.

2. PERCEPÇÃO QUANTO AOS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

O exercício profissional do arquiteto e urbanista exige ampla diversidade de conteúdos. As diretrizes curriculares gerais e os conteúdos mínimos contemplados na Resolução nº 2 de 17 de junho de 2010 do Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior (CNE/CES) do Ministério da Educação (BRASIL, 2010), inclusos no respectivo curso, buscam qualificar o aluno para a futura profissão garantindo que o mesmo tenha tido contato e aproveitamento em disciplinas entendidas como essenciais à sua formação. Este é o caso das disciplinas de caráter obrigatório.

O questionário em que se baseia este trabalho procurou avaliar de que modo os respondentes percebiam os conhecimentos obtidos através do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS para o exercício das suas atividades profissionais. Não se buscou apropriar a percepção para com disciplinas em específico como originárias do conhecimento, mas sim, como, ao final do curso, o respondente percebia os mesmos: se “excessivos”, “suficientes” ou “insuficientes”. A seguir, apresentam-se os resultados obtidos para as áreas Projeto, Execução e Gestão.

2.1 PERCEPÇÃO QUANTO AOS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM ATIVIDADES DE PROJETO

O nível de conhecimento obtido durante a graduação em relação ao exercício profissional em atividades de Projeto é expresso pelos respondentes conforme apresentado na figura 1. Para maior esclarecimento, as atividades relacionadas a esta área podem ser assim descritas (CAU, Resolução nº 21 de 5 de abril de 2012):

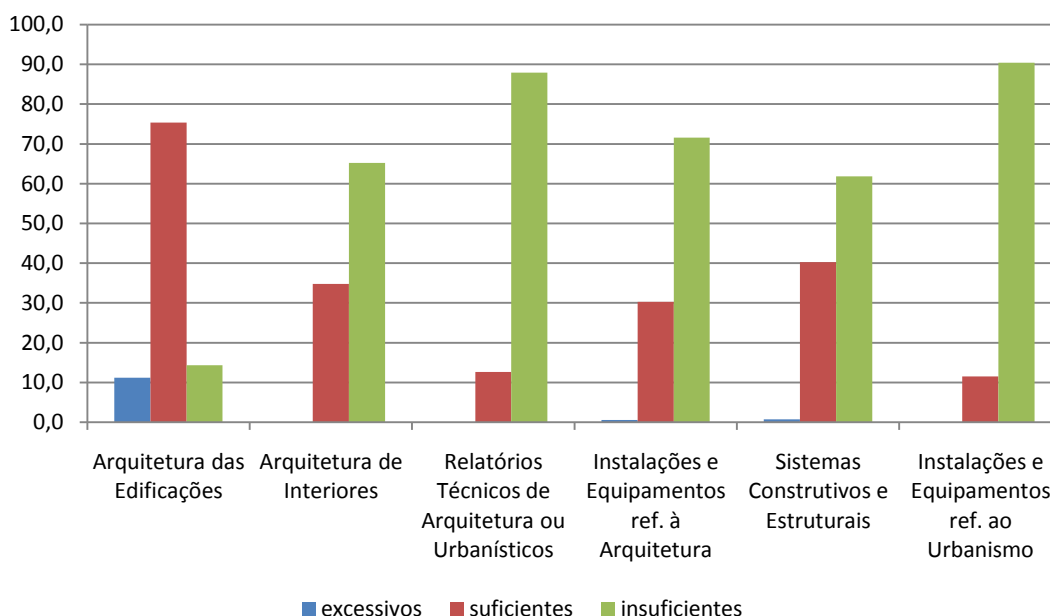
- a) Arquitetura das Edificações: Levantamento arquitetônico; Projeto arquitetônico; Projeto arquitetônico de reforma.
- b) Arquitetura de Interiores: Projeto de arquitetura de interiores; Reforma de interiores.
- c) Relatórios Técnicos de Arquitetura ou Urbanísticos: Memorial descritivo; Caderno de especificações ou de encargos; Orçamento; Cronograma; Estudo de viabilidade econômico-financeira.
- d) Instalações e Equipamentos referentes à Arquitetura: Projetos de instalações

hidrossanitárias prediais; instalações prediais de águas pluviais; instalações prediais de prevenção e combate a incêndio; instalações elétricas prediais de baixa tensão.

e) Sistemas Construtivos e Estruturais: Projetos de estrutura de madeira; estrutura de concreto; estrutura pré-fabricada; estrutura metálica; estruturas mistas; outras estruturas.

f) Instalações e Equipamentos referentes ao Urbanismo: Projeto de movimentação de terra, drenagem e pavimentação.

Figura 1 – Nível de conhecimento obtido durante a graduação em relação ao exercício profissional em atividades de Projeto



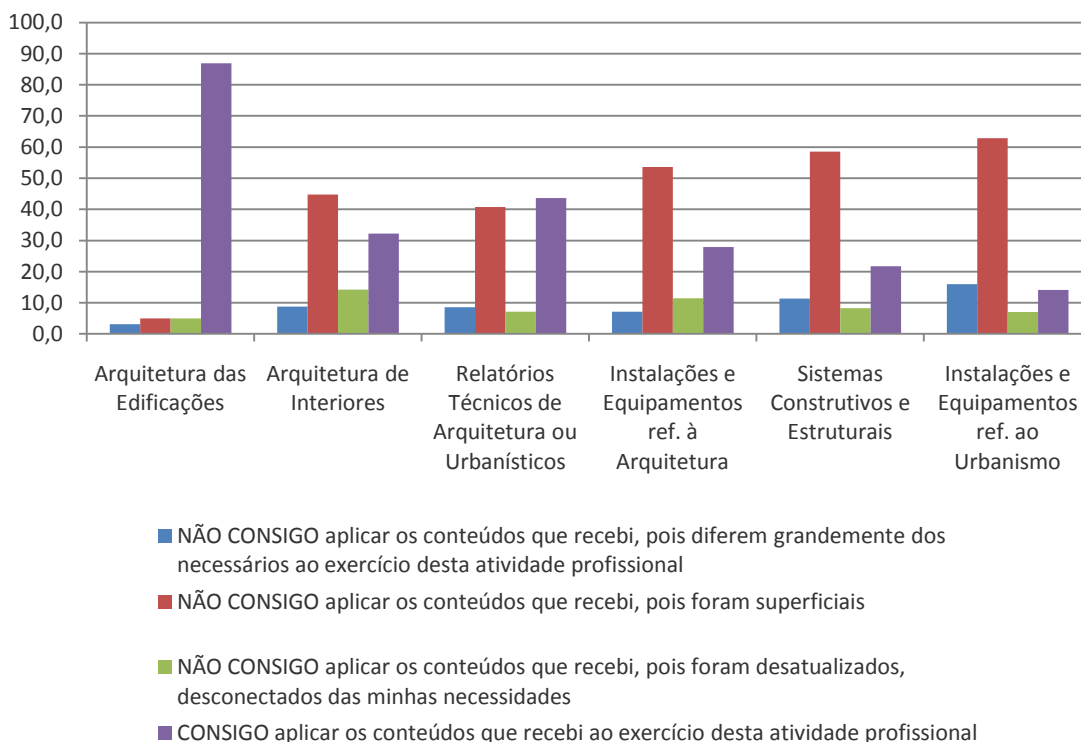
Fonte: Elaborado pelo autor.

A percepção dos ex-alunos, mostrada na figura 1, revela uma situação preocupante quanto ao papel do curso em capacitar seus alunos ao exercício da vida profissional, preparando-os para as demandas do mercado de trabalho e desenvolvimento da sociedade. Pode-se dizer que a percepção dos ex-alunos para com os conhecimentos relacionados às diferentes atividades de Projeto não é favorável. Exceção se faz à atividade “Projeto de Arquitetura das Edificações” a qual mostrou comportamento mais próximo do desejável, uma vez que a maior parte dos respondentes, pouco mais de 75%, manifestou que os conhecimentos foram suficientes ao exercício profissional. Para todas as demais, a opinião majoritária indica insuficiência de conhecimento. Nesse contexto, destacam-se especialmente “Instalações e Equipamentos referentes ao Urbanismo” e elaboração de “Relatórios Técnicos de Arquitetura ou Urbanísticos” para os quais em torno de 90% dos entrevistados manifestaram que os conhecimentos obtidos no curso de graduação foram insuficientes ao exercício profissional. Interessante que a menção de os mesmos terem sido excessivos apareceu de modo mais relevante somente para “Arquitetura das Edificações”, com 11,2%.

Com vistas a examinar a aplicabilidade dos conteúdos abordados durante o curso no exercício das atividades de projeto buscou-se um esclarecimento oferecendo ao entrevistado as seguintes opções: os conteúdos não são aplicáveis, pois “diferem grandemente do necessário ao exercício desta atividade profissional”; “foram superficiais”; “foram

desatualizados”; ou ainda, a opção “consigo aplicar os conteúdos que recebi ao exercício desta atividade profissional”. Os resultados são mostrados na figura 2.

Figura 2 – Aplicabilidade dos conhecimentos obtidos durante a graduação para o exercício de atividades profissionais de Projeto



Fonte: Elaborado pelo autor.

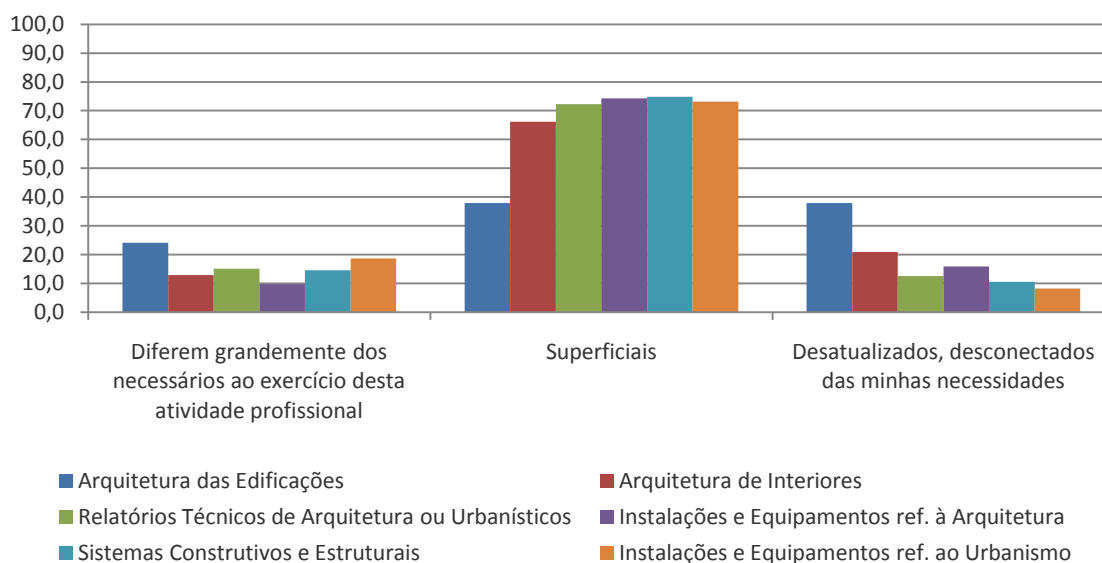
A figura 2 mostra que a atividade “Arquitetura de Edificações” mais uma vez apresenta um comportamento diferente das demais atividades de projeto: quase 90% dos profissionais revelam que conseguem aplicar os conteúdos recebidos durante o período de graduação. Tal índice concorda com o mostrado na figura 1, em que quase 75% deles consideraram suficientes os conhecimentos adquiridos.

As atividades que dizem respeito à elaboração de Memorial descritivo; Caderno de especificações ou de encargos; Orçamento; Cronograma; Estudo de viabilidade econômico-financeira (Relatórios Técnicos), apesar da menção por quase 44% dos entrevistados de que os conteúdos abordados durante o curso são aplicáveis, cabe lembrar que altíssimo percentual, quase 90% deles, declara que estes foram insuficientes ao exercício profissional (figura 1).

Para as demais quatro atividades de projeto contempladas na pesquisa o posicionamento do entrevistado quanto à aplicabilidade dos conteúdos trabalhados durante o curso é sempre minoritária. Para “Arquitetura de Interiores”, pouco acima de 30% posiciona-se dessa forma. A pior colocação diz respeito às “Instalações e Equipamentos referentes ao Urbanismo”, em que pouco mais de 14% têm esse entendimento.

Com vistas a melhorar a visibilidade das três razões propostas ao entrevistado para justificar porque não consegue aplicar, no seu exercício profissional, os conteúdos trabalhados no curso, apresenta-se a figura 3.

Figura 3 – Razões para a não aplicabilidade dos conteúdos trabalhados durante a graduação para o exercício de atividades profissionais relacionadas ao Projeto



Fonte: Elaborado pelo autor.

A menção à superficialidade dos conteúdos é majoritária em todas as atividades profissionais contempladas na figura 3; no entanto, “Arquitetura de Edificações” se difere das demais por mostrar maior equilíbrio dentre as três razões sugeridas aos entrevistados. Observar que no caso de Arquitetura das Edificações esta distribuição advém de uma minoria: 13,1% dos entrevistados (figura 2). Nas demais atividades, a superficialidade recebe entre 65 e 75% das menções.

A superficialidade dos conteúdos indica que o nível de conhecimento abordado na Universidade não permite ao arquiteto maior embasamento técnico nas suas decisões levando-o a uma aplicação segura. No entanto, não sugere um redirecionamento, como se os mesmos estivessem equivocados. A superficialidade poderia ser combatida através de uma revisão de ênfases, analisando até que ponto as disciplinas tem um caráter informativo ou formativo. Evitar a superficialidade exige investimento do docente em preparo de aulas, busca de informações e justificativas que embasem e aprofundem o raciocínio elaborado. O combate à superficialidade também passa pela aplicação dos conteúdos. Concretizar o conhecimento auxilia, em muito, na sua compreensão, introspecção e memorização. Possivelmente muitos dos conhecimentos abordados em aula não foram suficientemente trabalhados de modo a que o aluno tivesse maior domínio dos mesmos transmitindo-lhe, após formado, sensação de segurança e vivência no assunto. Acredita-se que tanto os conhecimentos possam estar sendo trabalhados de modo superficial, quanto o aluno, durante seu estudo possa estar tratando-os com superficialidade, sem maior aprofundamento em suas atividades autônomas de estudo. Em qualquer das situações, o aluno pode futuramente deparar-se com aspectos que nem lembra de tê-los discutido durante o período de graduação. Em suma, a carência de aplicação de conteúdos teóricos prejudica a valorização do conhecimento por parte do aluno. O aluno requer tempo para amadurecimento e introspecção de ideias. O uso do conhecimento, propriamente dito, em muito auxilia nesse contexto, permitindo ao estudante se apropriar daquilo que aprende e utilizar no seu futuro exercício profissional.

A menção de que os conteúdos possam ser desatualizados, desconectados das necessidades profissionais sugere obsolescência, revelaria falta de dinamismo ao curso, falta de interação com a comunidade e, por vezes, falta de interesse do professor em manter as disciplinas dentro de um contexto de época agregando inovações e transformações implementadas pelo setor produtivo e de pós-graduação.

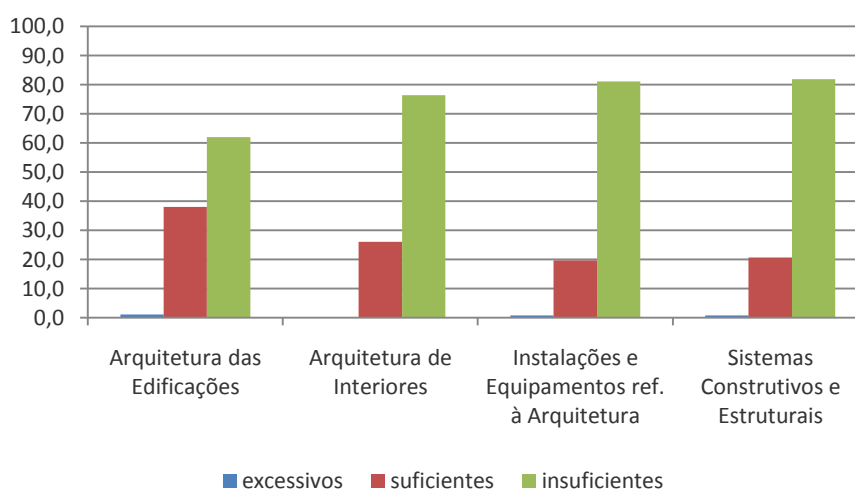
A terceira possibilidade busca identificar se os conteúdos abordados no curso diferem grandemente dos necessários ao exercício de determinada atividade profissional. Esta possibilidade revelaria importante desconexão entre a Universidade e o mercado de trabalho, com aparente formação de profissionais descolados da sua real futura atividade.

2.2 PERCEPÇÃO QUANTO AOS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM ATIVIDADES DE EXECUÇÃO

O nível de conhecimento obtido pelos alunos durante a realização do curso de Arquitetura e Urbanismo para o exercício de atividades profissionais relacionadas à Execução é expresso pelos respondentes nos níveis “suficiente”, “insuficiente” e “excessivo” conforme mostra a figura 4. Para maior esclarecimento, Execução compreende as seguintes atividades segundo a Resolução nº 21 de 5 de abril de 2012 (CAU, 2012):

- a) Arquitetura das Edificações: execução de obra; reforma de edificação;
- b) Arquitetura de Interiores: execução de obra de interiores; reforma de interiores;
- c) Instalações e Equipamentos referentes à Arquitetura: execução de instalações hidrossanitárias prediais; instalações prediais de águas pluviais; instalações prediais de prevenção e combate a incêndio; instalações elétricas prediais de baixa tensão;
- d) Sistemas Construtivos e Estruturais: execução de estrutura de madeira, concreto, pré-fabricada, metálica, mistas, outras estruturas.

Figura 4 – Nível de conhecimento obtido durante a graduação para o exercício de atividades relacionadas à Execução



Fonte: Elaborado pelo autor.

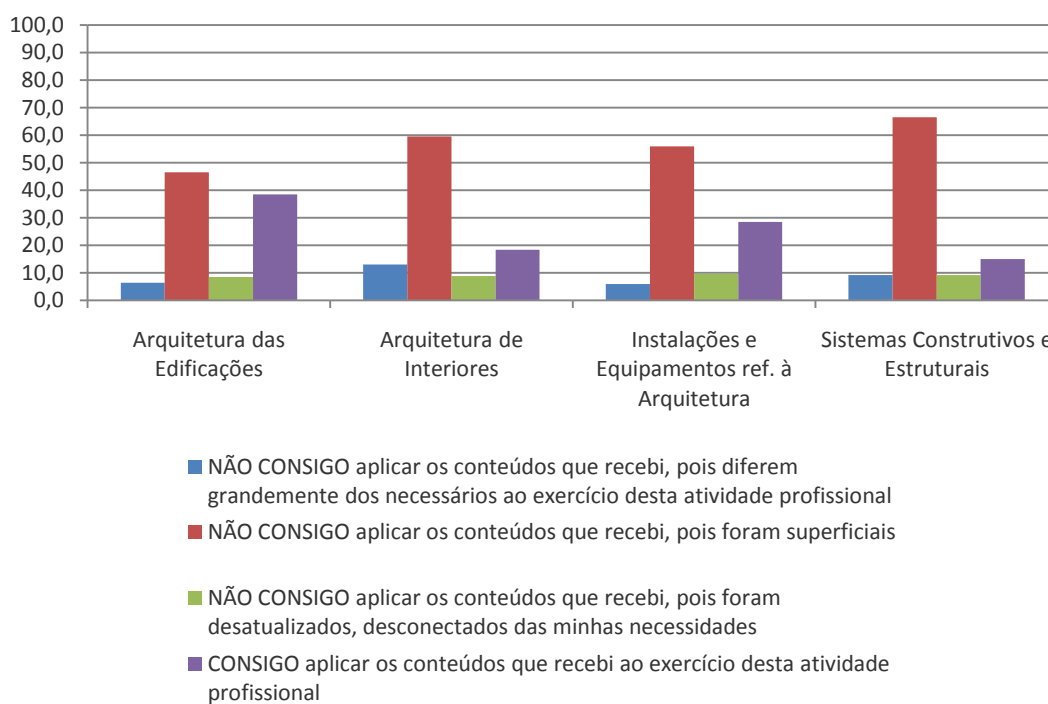
Os dados da figura 4 revelam importante deficiência do curso em suprir de modo

adequado os aspectos de execução que fazem parte do campo de atuação do arquiteto e urbanista. Percentual significativo de respondentes mencionam que tal conhecimento é insuficiente ao exercício profissional chegando a valores expressivos, em torno de 80%.

Dentre as quatro atividades incluídas na figura 4, “Arquitetura das Edificações” permanece com a maior indicação de conteúdos suficientes ao exercício profissional. Este grupo envolve execução de obras novas e reformas. Apesar disso, comparando-se as figuras 1 e 4 o percentual diminuiu sensivelmente em relação ao Projeto, de 75,3% para 38,0%.

Com vistas a examinar a aplicabilidade dos conteúdos abordados durante o curso no exercício das atividades de execução buscou-se um esclarecimento oferecendo ao entrevistado as seguintes opções: os conteúdos não são aplicáveis, pois “diferem grandemente do necessário ao exercício desta atividade profissional”; “foram superficiais”; “foram desatualizados”; ou ainda, a opção “consigo aplicar os conteúdos que recebi ao exercício desta atividade profissional”. Os resultados são mostrados na figura 5.

Figura 5 – Aplicabilidade dos conhecimentos obtidos durante a graduação para o exercício de atividades profissionais de Execução



Fonte: Elaborado pelo autor.

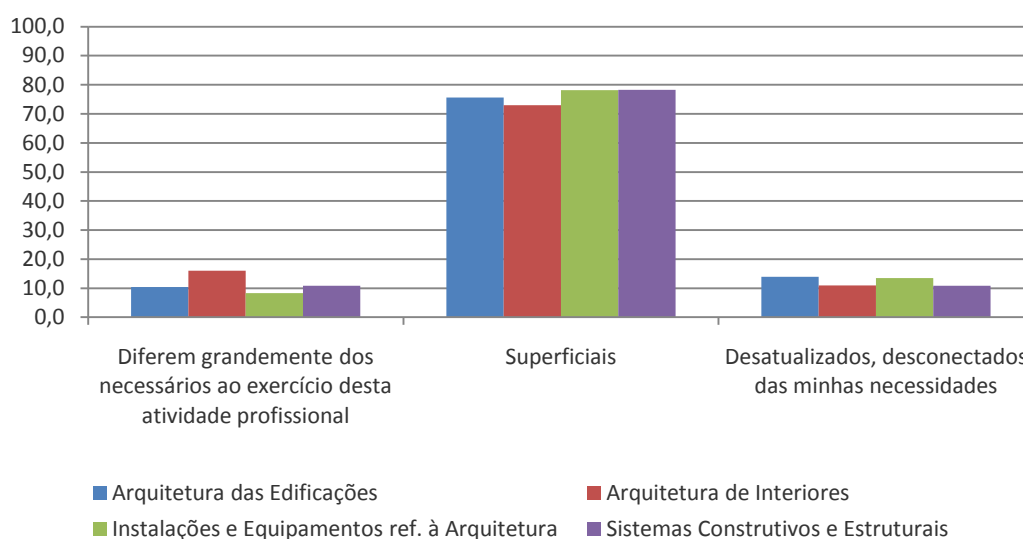
A figura 5 mostra que a possibilidade de aplicação dos conteúdos recebidos durante a graduação reduz significativamente para a atividade Arquitetura das Edificações comparando-se as áreas projeto e execução: reduzindo de quase 90% para quase 40%, respectivamente.

Instalações de equipamentos referentes à arquitetura mostram pequeno aumento relativo à possibilidade de aplicação dos conteúdos: de 27,9% para 28,5% entre as situações de projeto e execução, respectivamente. As demais atividades mostram redução comparando-se a mesma situação. De qualquer modo, os percentuais relativos à possibilidade de aplicação dos conteúdos desenvolvidos durante a graduação na vida profissional são considerados muito baixos. Esta situação sugere que o curso acredita estar desenvolvendo competências e

habilidades ao longo da formação acadêmica; no entanto, não está obtendo sucesso neste objetivo. Igualmente, o curso precisa avaliar se as competências e habilidades que considera estar formando correspondem às reais necessidades profissionais do arquiteto.

Com vistas a melhorar a visibilidade das três razões propostas ao entrevistado para justificar porque não consegue aplicar, no seu exercício profissional, os conhecimentos trabalhados no curso, apresenta-se a figura 6.

Figura 6 – Razões para a não aplicabilidade dos conhecimentos recebidos durante a graduação para o exercício de atividades relacionadas à Execução



Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme mostra a figura 6, quando o entrevistado relata que os conteúdos são insuficientes à prática profissional, entre 70 e 80% considera-os superficiais. Esta situação é semelhante àquela observada na área de Projeto, mas aqui com predomínio um pouco maior desta opção.

O aprendizado de práticas executivas exige estrutura adequada e tempo para o exercício e consolidação de aspectos teóricos. A estrutura laboratorial é importante meio de vivência e experimentações, permitindo a visualização de materiais e sistemas; no entanto, normalmente é deficitária nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, a exceção dos espaços de Atelier.

A Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (CEAU) (BRASIL, 2010) menciona que:

Um dos problemas fundamentais no quadro atual do ensino de Arquitetura e Urbanismo é a dissociação existente entre ensino de projeto e o ensino da arte de construir. A atividade de construção faz parte do “métier” do arquiteto, de suas atribuições legais e de sua história como profissão. Esta carência insere-se no contexto do fenômeno de “barateamento” dos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

Por “barateamento” tal Comissão refere a carência de espaços adequados ao trabalho de professores e alunos, ausência ou insuficiência de equipamentos básicos, existência de

currículos extensos, fragmentados e carregados de disciplinas, além de deficiências na capacitação de professores.

Baú, em 2003, ao realizar uma série de entrevistas com arquitetos e engenheiros civis atuantes no mercado já documentava a questão da superficialidade da formação profissional a partir de uma série de depoimentos (BAÚ, 2003, p.53). Por exemplo, “... meu curso ofereceu conhecimentos básicos e gerais, poucas disciplinas tentaram aprofundar e chegar a detalhes técnicos, mesmo assim foram insuficientes.”.

... normalmente as disciplinas, e naturalmente os professores, oferecem apenas o básico, e as atividades práticas são as mais simples possíveis. Só depois, na via do trabalho, é que o profissional percebe o seu despreparo e sente necessidade de aprimorar seus conhecimentos para poder executar uma prática com competência ...

“... poucas disciplinas exigiram trabalhos que tivessem o objetivo de treinamento de habilidades, coube a cada um, depois de formado, buscar competências no exercício profissional.”.

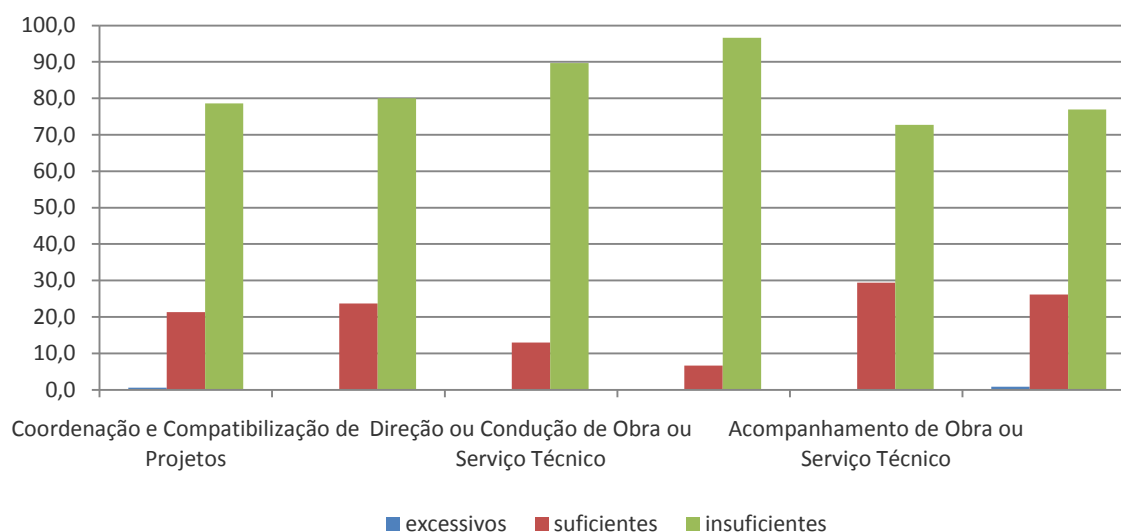
2.3 PERCEPÇÃO QUANTO AOS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM ATIVIDADES DE GESTÃO

O nível de conhecimento obtido pelos alunos durante a realização do curso de Arquitetura e Urbanismo para o exercício de atividades profissionais relacionadas à Gestão é expresso pelos respondentes nos níveis “suficiente”, “insuficiente” e “excessivo” conforme mostra a figura 6. Para maior esclarecimento, Gestão compreende as seguintes atividades segundo a Resolução 21 de 5 de abril de 2012 (CAU, 2012):

- a) Coordenação e Compatibilização de Projetos;
- b) Supervisão de Obra ou Serviço Técnico: acompanhar, analisar e avaliar o desempenho dos responsáveis pela execução de projetos, obras ou serviços;
- c) Direção ou Condução de Obra ou Serviço Técnico: determinar, comandar e decidir na consecução de obra ou serviço, definindo uma orientação ou diretriz a ser seguida durante a sua execução por terceiros;
- d) Gerenciamento de Obra ou Serviço Técnico: controle dos aspectos técnicos e econômicos do desenvolvimento de uma obra, envolvendo a administração do contrato de construção ou implantação da edificação, controle do cronograma físico-financeiro, quantidade e qualidade dos materiais, mão de obra e toda a sistemática técnica e administrativa do canteiro de obra;
- e) Acompanhamento de Obra ou Serviço Técnico: verificação da implantação do projeto na obra visando assegurar que sua execução obedeça fielmente às definições e especificações técnicas nele contidas;
- f) Fiscalização de Obra ou Serviço Técnico: inspeção e controle técnico sistemático de obra ou serviço, com a finalidade de examinar ou verificar se a execução obedece ao projeto e às especificações e prazos estabelecidos.

Figura 6 – Nível de conhecimento recebido durante a graduação para o exercício de

atividades relacionadas à Gestão

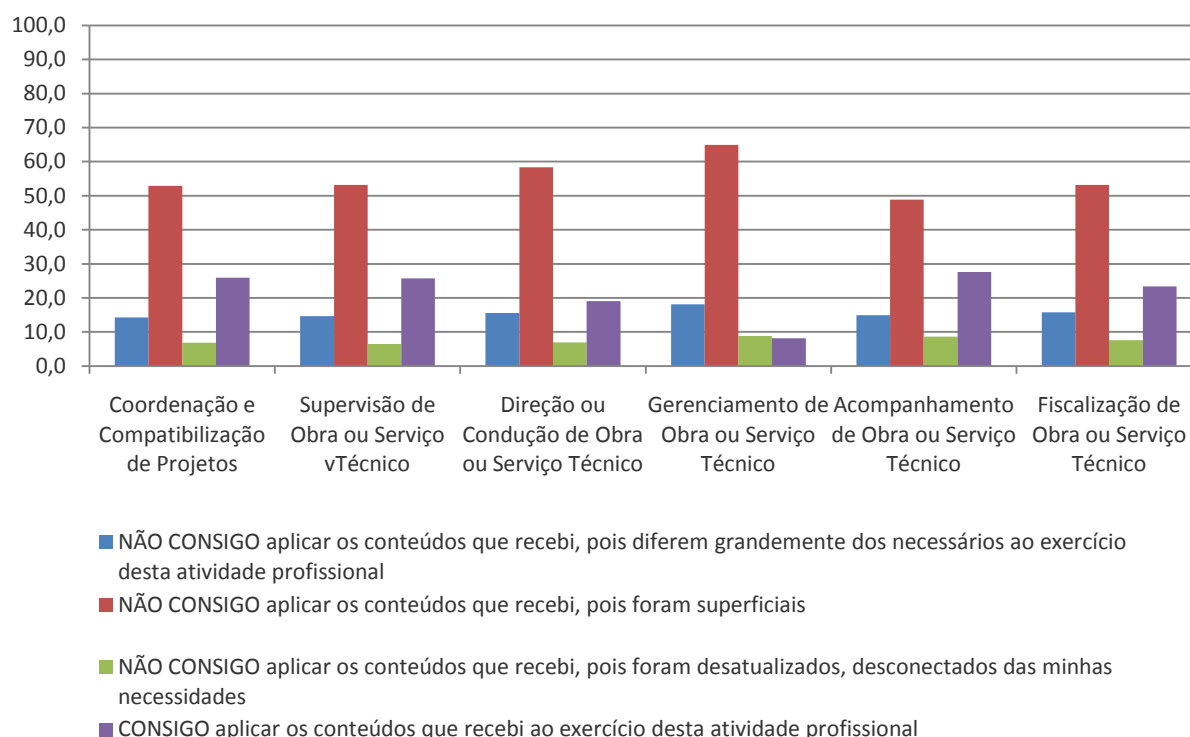


Fonte: Elaborado pelo autor.

Os arquitetos mencionaram majoritariamente insuficiência de conhecimentos para o exercício de todas as atividades relacionadas à Gestão. A proporção dessa ênfase é expressiva e revela ser esta uma área deficitária na formação acadêmica oferecida pela UFRGS.

Com vistas a examinar a aplicabilidade dos conteúdos abordados durante o curso no exercício das atividades desta área buscou-se um esclarecimento oferecendo ao entrevistado as seguintes opções: os conteúdos não são aplicáveis, pois “diferem grandemente do necessário ao exercício desta atividade profissional”; “foram superficiais”; “foram desatualizados”; ou ainda, a opção “consigo aplicar os conteúdos que recebi ao exercício desta atividade profissional”. Os resultados são mostrados na figura 7.

Figura 7 – Aplicabilidade dos conhecimentos obtidos durante a graduação para o exercício de atividades profissionais de Gestão



Fonte: Elaborado pelo autor.

Cada vez mais gerenciar, coordenar, supervisionar são condições importantes às demandas do exercício profissional. Em 2001, Melhado (MELHADO, 2001, p.68), em sua Tese de Livre Docência, já discutia a necessidade do trabalho em equipe dada a crescente existência de múltiplos projetos e projetistas envolvidos na produção de edificações. A integração entre as várias partes exige que os profissionais tenham, na sua formação, incluídos

diversos conceitos e técnicas de gestão, formando toda uma base conceitual que lhe permitirá alcançar com maior qualidade, agilidade e sucesso o objetivo final. Conforme Melhado (MELHADO, 2001, p.68):

A ampliação da multidisciplinaridade do projeto, associada à afirmação profissional de “novas” especialidades de projeto, como o paisagismo, a luminotécnica, a acústica de ambientes, a segurança dos edifícios em seus diversos aspectos... deveria produzir uma verdadeira atividade em equipe.

A integração entre profissionais passa a ser uma exigência inerente à complexidade do processo de construção. Os diferentes profissionais envolvidos nas diversas fases, desde a concepção da edificação, elaboração de projetos, execução, acompanhamento e supervisão de obras, atuam sobre o mesmo objeto, exigindo integração (BAÚ, 2003).

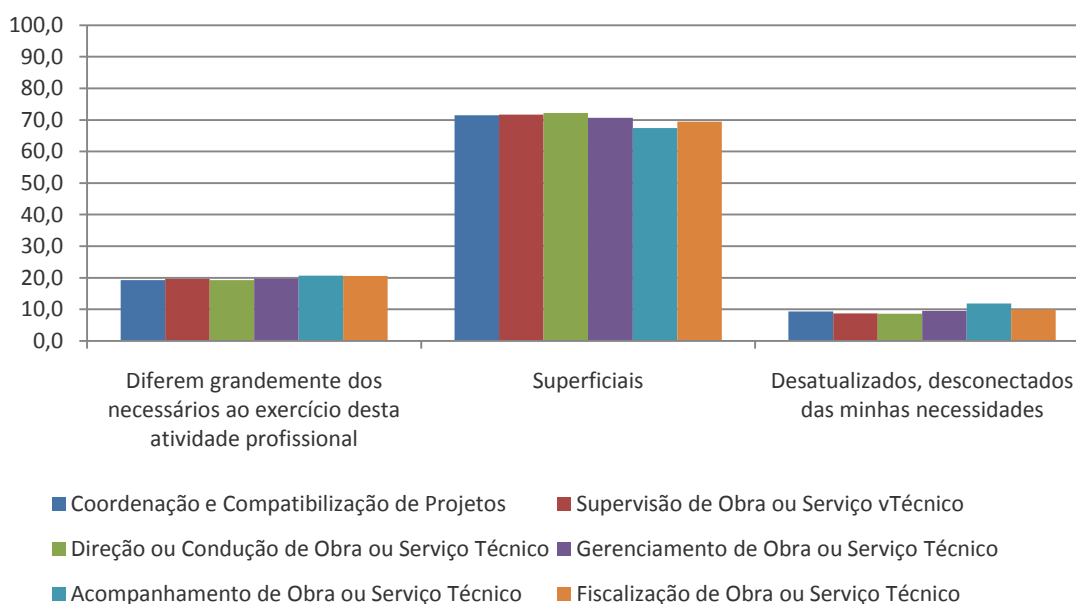
Silva (SILVA, 2015), em uma pesquisa que busca identificar e entender as falhas mais comuns cometidas em projetos decorrentes da falta de aplicação de ferramentas de gestão em escritórios de arquitetura de Curitiba, coloca que é possível perceber que as universidades não preparam os arquitetos para gerenciar. Conforme a autora, “Nunca preparam. Apenas ensinam a Projetar.” Não se concorda com esta última menção, de que o ensino de graduação de arquitetura se resume “a projetar” uma vez que há uma série de outros conhecimentos inclusos no curso e que, no caso da UFRGS, tiveram sua utilidade reconhecida pelos alunos e; portanto, houve um aproveitamento dos mesmos como bagagem educacional.

Concorda-se com a reduzida menção a conteúdos de Gestão. Conforme Silva (SILVA, 2015), os conhecimentos trabalhados na academia sobre gerenciamento de escritórios e gerenciamento de projetos não estão inclusos na maioria dos cursos e, quando estão, dificilmente ultrapassam 2,5% da carga horária total, independente de a universidade ser pública ou privada.

No caso da UFRGS foi implementada, em 2015, a disciplina ARQ01073 Economia e Gestão da Edificação, de caráter obrigatório. Esta disciplina possui escopo relativamente amplo, abrangendo um conjunto de tópicos considerados essenciais à prática profissional do arquiteto, incluindo planejamento e gestão de empreendimentos, gestão de projetos, gestão de custos, orçamentos, gestão da qualidade e incorporações imobiliárias. Busca-se também introduzir conceitos e princípios fundamentais de economia e gestão, alinhados com as novas filosofias gerenciais que vêm sendo adotadas pelos setores da indústria e serviços em geral, tais como produção enxuta, controle da qualidade total e engenharia simultânea. Acredita-se, dessa forma, que os futuros formandos tenham melhores condições de desenvolver suas atividades profissionais neste campo comparativamente aos aqui entrevistados.

A questão que versa sobre a não aplicabilidade dos conhecimentos recebidos durante a graduação para o exercício de atividades relacionadas à Gestão, cujos resultados são explicitados na figura 8, resulta comprometida. Tal pergunta se aplicaria aos conhecimentos trabalhados durante o curso sendo que, em sua maioria, tais conhecimentos não estavam presentes. Ainda assim, a figura 8 revela significativa uniformidade entre os respondentes para as diferentes atividades profissionais relacionadas a esta área. A superficialidade dos conteúdos é mencionada, em média, por 70,5% dos respondentes.

Figura 8 – Razões para a não aplicabilidade dos conhecimentos recebidos durante a graduação para o exercício de atividades relacionadas à Gestão



Fonte: Elaborado pelo autor.

3. CONCLUSÃO

Os resultados encontrados através desta pesquisa refletem a opinião de 42,9% dos formados em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul no período de 2006/1 e 2014/1, ou seja, 17 semestres. Tendo transcorrido entre 10 anos e 2 anos desde a respectiva formatura, tais profissionais foram convidados a expor sua percepção quanto aos conhecimentos necessários ao exercício de atividades relacionadas às áreas de Projeto, Execução e Gestão confrontando as exigências profissionais com a formação que receberam. Exceção à atividade de Projeto de Arquitetura de Edificações, todas as demais 15 atividades incluídas na pesquisa receberam a menção de insuficiência de conhecimentos para o exercício profissional. Além disso, os entrevistados, em sua maioria, mencionaram que não conseguem aplicar os conteúdos, pois estes foram superficiais.

A situação revelada neste trabalho surpreende pelos altos percentuais associados às opiniões desfavoráveis à formação acadêmica, mas não surpreende em revelar a falta de eficácia em si. Os métodos educacionais precisam ser revistos, assim como é necessário dispor de estrutura favorável ao aprendizado. No caso das Universidades públicas observa-se que muitos dos esforços são individuais, cabendo ao professor, individualmente, buscar melhorias, dispor de estrutura laboratorial, capacitar-se em instrumentos de aprendizagem que promovam maior eficiência ao exercício da docência. Na ausência de formação pedagógica, resta ao docente a sua vocação ou habilidade natural, o que nem sempre existe ou é suficiente. Percebe-se que, apesar da boa vontade, engajamento e preocupação de muitos docentes, a integração é difícil. O curso deveria ter domínio sobre todos os aspectos da formação acadêmica de graduação, não pode depender de ações individuais, com a abrangência de disciplinas, onde cada professor acaba por resolver os seus próprios problemas. Tampouco o curso pode ser reflexo dos docentes que em dado momento integram o quadro funcional, oscilando, as gerações de alunos, do brilhantismo de alguns às deficiências de outros.

REFERÊNCIAS

- BAÚ, S. Os Profissionais Arquiteto e Engenheiro Civil: uma abordagem sobre suas práticas. 2003. 140p. (Mestrado Profissional em Engenharia). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Escola de Engenharia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior. Resolução nº 2, de 17 de junho de 2010. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2010-pdf/5651-rces002-10>>. Acesso em: julho 2016.
- CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO (CAU), Resolução 21 de 5 de abril de 2012. Atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista e dá outras providências. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/?page_id=637>. Acesso em: julho 2016.
- MELHADO, S. B. Gestão, cooperação e integração para um novo modelo voltado à qualidade do processo de projeto na construção de edifícios. Tese de Livre-Docência. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, SÃO PAULO, 2001, 235p.
- SILVA, A. R., Gestão de projetos em escritórios de arquitetura e urbanismo. Revista Especialize On-line IPOG - Goiânia - 9ª Edição nº 010 Vol.01/2015 julho/2015.